



DISCURSO

DO GOVERNADOR IVO SILVEIRA
NO 3º ANIVERSÁRIO
DE SUA ADMINISTRAÇÃO

— 31 DE JANEIRO 1969 —

E - Sta Catarina
N -



DISCURSO

DO GOVERNADOR IVO SILVEIRA
NO 3º ANIVERSÁRIO
DE SUA ADMINISTRAÇÃO

981.64
5587d
1969

15811

— 31 DE JANEIRO 1969 —



Biblioteca Pública do Estado FLORIANÓPOLIS	
Reg. nº 11263	Data 5-9-74

Catarinenses,

Na oportunidade do transcurso de mais um ano de minha gestão à frente dos negócios do Estado, apraz-me este contacto com o povo de Santa Catarina, para dizer do que fiz pela comunidade catarinense.

Tenho bem presente o juízo inflexível de minha consciência quando, perante os meus concidadãos, entre os quais não reconheço discriminações de qualquer natureza, afirmo que todas as minhas energias e todo o meu pensamento estiveram a serviço do Estado e de seu desenvolvimento social, econômico e cultural. Sem ressentimentos, sem reservas, sem preconceitos, — mas somente interessado em corresponder, dum lado, à confiança de meus nobres coestaduanos, e doutro lado à expectativa de toda a Nação Brasileira, nesta fase de recuperação político-social, — pude manter em nível honroso e superior o processo do desenvolvimento integral do Estado, objetivo para o qual, felizmente, não têm escasseado a cooperação do Governo da República e a compreensão e solidariedade das classes produtoras e empresariais, conjugadas no ideal comum do progresso estadual.

Por sua vez, a opinião pública, em geral, vem revelando nítido apoio pela maneira como, superando conjunturas próprias do acelerado crescimento do Estado em particular e do País em geral, o meu Governo se porta fiel às metas preestabelecidas e conduz os negócios catarinenses sem descontinuidade.

No trato dos problemas que influem no surto econômico do Estado, satisfaz-me declarar que a política administrativa de Santa Catarina não destoou por um só instante das linhas mestras traçadas aos destinos da Pátria pelo eminente Presidente da República, sob cuja patriótica diretriz a Nação tem revigorado a sua unidade política e social.

É, pois, auspicioso verificar que, em Santa Catarina, mais de 40% de seus recursos normais são aplicados em investimentos reprodutivos, através de obras públicas convergentes na finalidade de fortalecer a economia estadual. A visão realista do panorama sócio-econômico do Estado, isenta das deformações porventura ocorrentes e oriundas de preferências regionais, permite encontrar as soluções exatas a problemas que, se impressionam pelos seus efeitos e manifestações, nem porisso devem ser tratados superficialmente e sim nas suas causas e origens verdadeiras.

Nem por outras razões é que estamos empenhados em associar e acentuar as atividades dos centros de produção e das forças de economia do Estado aos propósitos concentrados no Plano de Metas do Governo, propugnando a exploração de riquezas que desafiam a capa-

cidade da iniciativa privada. Daí, a política de incentivos fiscais implantada agora com vistas às zonas de desenvolvimento prioritário e aos empreendimentos pioneiros que colimem a expansão econômica do Estado. Daí, também, a ampliação de fundos especiais de desenvolvimento e a criação da Caixa Econômica Estadual, num sentido de específica aplicação de financiamentos, com retorno à comunidade, em obras de subestrutura social e a implantação de uma política de turismo, como fonte de fortalecimento econômico de diversas regiões do Estado.

Santa Catarina carrega dos setores de produção agropecuária cerca de 50% de sua renda orçamentária. Tanto basta para que não se descurem as providências que visem não só a facilitar aos centros de tais atividades a circulação dos produtos, mas também as garantias de compensação e proveito, sem cujos estímulos não seria de esperar êxito para uma política rural. Através dos órgãos que cuidam da atividade agropecuária e realizado por estes o diagnóstico da vida rural catarinense e de suas necessidades essenciais, vem o Governo pondo em prática um programa de assistência multiforme ao homem dos campos, com o intuito de dar-lhe tanto a própria consciência de valor como a segurança para os resultados de seus labores.

Cabe aqui referir que na minha gestão tive de defrontar uma das mais delicadas tarefas, ligada às diretrizes que a Revolução de 1964 estabeleceu para a recuperação financeira do País: a reforma do sistema tributário.

A segurança com que se conduziu essa reformulação do sistema de arrecadação tributária permitiu que se executassem as metas governamentais visando não só ao desenvolvimento econômico, senão também à expansão social de Santa Catarina.

No setor da infra-estrutura social, alinham-se realizações de vulto considerável, que, estou certo, respondem à melhor expectativa da comunidade catarinense.

Tem sido preocupação do Governo, pois, antes e fundamentalmente, assegurar aos serviços de saneamento, implícito no qual está o abastecimento de água aos centros de maior densidade demográfica, o máximo dos recursos disponíveis. Os órgãos estaduais que se dedicam a essa tarefa apresentam expressivos índices de operosidade que, sem dúvida, atestam a viva e dinâmica disposição com que se combatem as endemias, preservando a saúde das populações, e se previnem, a todo custo, os males oriundos da ausência de fatores de higiene e de educação sanitária.

Ainda visando ao bem estar social foi que o Governo, através de órgão especializado, implantou no Estado a política habitacional, mantida com tenacidade, mediante convênios firmados com o Banco Nacional da Habitação.

A essa política de bem estar físico, e com reflexos benéficos na economia popular, vem o Poder Público do Estado dando complementação através da apreciável ampliação da rede de ensino estadual, que representa a persistente assistência às populações escolares, no intuito de garantir, proporcionalmente ao crescimento demográfico em tôdas as regiões catarinenses, o amparo educacional da escola pública, modernamente aprestada do ponto de vista das instalações e da capacidade profissional do professorado. Nem só, porém, pela extensão da rede escolar, mas ainda pela eficiência dos setores administrativo e técnico do ensino tem o Governo procurado dar à Educação em Santa Catarina uma atenção expressa em índice percentual orçamentário que supera de muito o limite assinalado constitucionalmente para as aplicações de ordem educacional. Neste preciso instante se promove a reorganização da Secretaria da Educação e Cultura e se elabora o Plano Estadual de Educação.

Diz-me a consciência que posso, sem exaltação, mas com altivez, comparecer perante o nobre povo de Santa Catarina para, ainda que sumariamente, nas dimensões dum relato conciso, como o deve ser este, expor os principais resultados do esforço aplicado no cumprimento dos meus deveres para com o Estado e a Pátria.

FINANÇAS

Em 1968, a arrecadação orçamentária do Estado subiu ao total de NCr\$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de cruzeiros novos), excluindo as operações de crédito, verificando-se, portanto, um acréscimo absoluto de 60% sobre a arrecadação do exercício anterior. Se fôr considerado que a porcentagem de inflação, no exercício de 1968, se elevou apenas a 24% ter-se-á acréscimo real da receita na ordem de 36%. Esses índices não se conseguiram mediante o recurso simplista do aumento das alíquotas, mas sim em decorrência da racionalização e intensificação da produtividade dos trabalhos fazendários. Paralelamente ao aumento da arrecadação, processou-se melhor seletividade das despesas durante o exercício de 1968. De cada 100 cruzeiros arrecadados, cerca de 75 retornaram aos contribuintes por meio de obras e serviços, devendo-se acentuar que somente em obras esse retorno se evidenciou ao redor de 40% por cento. É oportuno registrar que essa proporção é das mais elevadas do Brasil.

Sem embargo dêsses apreciáveis índices de reversibilidade das contribuições, o exercício de 1968 se encerra com o superavit aproximado de NCr\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de cruzeiros novos), eliminando-se assim com os "deficits" acumulados de vários e vários exercícios.

No setor tributário, diversas medidas de amparo fiscal foram postas em prática, a serviço da mais sã política econômico-financeira. Assim ocorreu com a erva-mate, com os produtos horti-granjeiros, com o leite, com a fécula, com a farinha de mandioca, com a madeira, com o pescado, etc.

INVESTIMENTOS

Os investimentos do Plano de Metas do Governo, computando-se as somas aplicadas a tôdas as metas, atingiram a importância de setenta milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros novos e quarenta e quatro centavos, distribuindo-se especificamente entre as metas de Melhoria dos Meios Administrativos, Valorização dos Recursos Humanos, Expansão Econômica, Melhoria das Condições Sociais.

CONSTRUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

O Poder Legislativo terá, ainda neste exercício, concluída a sua sede e o Palácio da Justiça teve suas obras iniciadas.

FOROS CONSTRUIDOS EM SANTA CATARINA

A criação de várias comarcas nas diversas jurisdições do Estado decorreu do aumento dos serviços forenses, procurando o Governo proporcionar melhores instalações à Justiça catarinense, ao concluir os Foros de Campos Novos, Concórdia, Curitibanos e, em convênio com as respectivas Prefeituras Municipais, os Centros Cívicos de Ponte Serrada e de Trombudo Central. Encontram-se, ainda, em construção os Foros de Joinville, Canoinhas, de Capinzal, de Xanxerê, e, em convênio com as Prefeituras de São Joaquim e Pomerode, estão em fase final as obras dos Centros Cívicos daquelas Comarcas.

EDUCAÇÃO

O setor educacional do Estado tem sido objeto das maiores atenções do Governo com obras de vulto considerável. Assim, por

exemplo, desde o ensino pré-primário, com equipamentos, instalações e outras melhorias, o Governo objetiva dar ao setor educacional a concretização de um plano, cuja execução se faz por ordem de prioridades.

Nas zonas rurais foram construídas 1.109 salas, que permitiram o aproveitamento de mais 93.156 alunos.

Quanto aos grupos escolares, nada menos de 462 salas de aula foram concluídas, totalizando, assim, o acréscimo à rede escolar de mais 1.206 salas, representando oportunidade para 151.704 novas matrículas.

No ensino secundário, que contou com a participação, além dos recursos do Estado, dos do Fundo Nacional do Ensino Médio, mencionam-se as seguintes obras: o Ginásio Industrial do Estreito, o Centro Educacional de Lages, o Colégio Pedro II, de Blumenau, os trabalhos de ampliação do Ginásio Marista de Criciúma, a ampliação do Colégio da Palhoça, o primeiro bloco do Ginásio e Escola Técnica de Pôrto Feliz, em Mondaí, a ampliação do Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Rio Fortuna, o Colégio Normal de Biguaçu e a estrutura de concreto dos blocos A, B e C, do Ginásio Industrial de Tubarão, o Colégio Comercial de Canoinhas, as ampliações do Colégio Barão de Antonina, de Mafra, e o Colégio Casemiro de Abreu, de Curitiba.

Em construção se encontram ainda o Colégio Normal de Itajaí, o Colégio Normal de Timbó, o Colégio Normal de Tubarão, o Colégio Normal Frei Godofredo, de Gaspar, a ampliação do Ginásio Nossa Mãe dos Homens, de Araranguá, o Ginásio Industrial de Pôrto União e a ampliação do Centro Educacional de Lages. Em Concórdia o Governo adquiriu por NCr\$ 100.000,00 (setecentos mil cruzeiros novos) prédio em condições de incentivar o ensino médio naquela cidade.

GINÁSIOS DE ESPORTES

Lages e Joaçaba foram as sedes municipais já contempladas com Ginásios de Esportes construídos pelo meu Governo. Mas o programa vai adiante e já em construção se acham os Ginásios de Esportes de São Bento do Sul e Mafra, e, em convênio com entidades, locais, os de Brusque e Criciúma, e já com projeto concluído o Estádio da Capital.

ENSINO SUPERIOR

A Universidade para o Desenvolvimento do Estado, mantida pela Fundação Educacional de Santa Catarina, foi instituída para "criar.

comunicar e difundir valores de cultura e de conhecimento e se destina a promover a educação, a formação científica e o desenvolvimento tecnológico, a serviço do País, do Estado e da comunidade". Nas suas diversas unidades, a matrícula correspondeu à exata finalidade para a qual foi instituída.

ENERGIA ELÉTRICA

Assinalam-se com satisfação os trabalhos que, no setor da eletrificação rural, vêm sendo executados pela Comissão de Energia Elétrica e em que é de justiça referir a apreciável cooperação do Governo Federal. A Comissão de Energia Elétrica apresentou como produto de suas atividades obras de 646 quilômetros de linhas de transmissão e redes de distribuição rurais e a elaboração de projetos de linhas e redes numa extensão de 1.143 quilômetros.

A CELESC serviu cerca de 280 localidades, alcançando o número de 170 mil consumidores. 3.928 quilômetros de linhas de transmissão e redes de distribuição foram construídos mediante um investimento de sessenta e sete milhões, setecentos e três mil, cento e dezessete cruzeiros novos e vinte e cinco centavos, com a apreciável contribuição do Ministério das Minas e Energia e financiamentos da CPCAN, Eletrobrás e BNDE.

Em 1965, a CELESC apresentava um capital de 26 milhões de cruzeiros novos, o qual, em 1968, se elevou a 65 milhões de cruzeiros novos, refletindo isso a sua operosidade e expansão.

Estendi pelos céus catarinenses, através dos dois órgãos especializados, 4.674 quilômetros de linhas de transmissão e de distribuição, índice jamais alcançado neste setor em Santa Catarina.

PESCA

No setor pesqueiro, o Governo faz sentir sua presença através do Armazém de Revenda, cursos de capacitação profissional, ampliação do Centro de Pesquisas e a implantação, através de convênio entre a SUDEPE e o BDE, do serviço de extensão da pesca, que proporciona o crédito orientado ao pescador, com escritórios já instalados em São Francisco do Sul, Laguna, Itajaí e Florianópolis, programando-se para este ano a instalação de mais 8 unidades, numa experiência pioneira em toda a América.

AGRICULTURA, PECUARIA E COLONIZAÇÃO RURAL

A agricultura começa e termina com o agricultor. Esse o conceito em que se vem inspirando o Governo, dando execução a um programa

de assistência técnica, financeira e social ao homem do campo e pondo-lhe ao alcance os recursos com que deve expandir suas atividades, no aproveitamento do solo. Introduziu no meio rural cerca de 6.011 toneladas de sementes selecionadas e inseticidas — quantidade que, no ano anterior, fôra de 2.376 toneladas.

O fomento à cultura do trigo permitiu uma colheita de 130.000 toneladas, quantidade nunca alcançada desde há mais de 20 anos. A soja, com 900.000 sacas, teve sua maior produção até aqui verificada, notando-se que o mais elevado índice até então fôra o de 1965, com 120.000 sacas.

Na pecuária, o Governo estimulou o parque de criação com animais importados da Europa e dos Estados Unidos. Nada menos de 1.400 exemplares bovinos e suínos foram incorporados ao plantel catarinense, além de 1.300 inseminações artificiais.

Cabe aqui uma referência ainda à apicultura, setor que o Governo tem procurado desenvolver, facultando aos apicultores 50 cursos de especialização, que foram frequentados por 648 interessados.

A aplicação de hum milhão e setecentos mil cruzeiros novos no Programa de Extensão Rural revela a importância que o Governo atribui aos serviços da ACARESC, que instalou 44 escritórios, para lhe completaram a rede de 116 unidades, expandindo a assistência técnica, econômica e social aos agricultores catarinenses em 110% sobre os períodos governamentais anteriores e beneficiando 40.000 famílias rurais. Foram concluídas as casas rurais regionais de Mafra e Urussanga e os armazéns comunitários de São Ludgero e Araranguá. Nove outras unidades desta espécie, também financiadas pelo Estado, foram situadas nas localidades de Turvo, Forquilha, Meleiro, Orleães, Grão Pará, Treze de Maio, Arraial dos Cunhas, Maracajá e Itajara.

A pecuária leiteira vem conseguindo apreciável desenvolvimento no Estado, estimulada por dois fatores: a assistência técnica do Projeto do Gado Leiteiro e o financiamento proporcionado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A. Esses financiamentos atingiram, no período do último ano, a cifra de dois milhões, trinta e oito mil, setecentos e trinta e sete cruzeiros novos e vinte e sete centavos, beneficiando 350 criadores em diversas bacias leiteiras do Estado. Nesse mesmo período foram introduzidas 1.020 matrizes leiteiras, que promoveram um acréscimo de produção de 3 milhões de litros de leite.

Como consequência dessa política de crédito e de assistência técnica, orientada pelo Governo, espera-se um acréscimo de produção anual de cerca de 5 milhões de litros de leite.

Por intermédio do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, o Governo do Estado vem atingindo o objetivo da legalização da posse das terras, titulando os legítimos posseiros. Os títulos entregues a lavradores se elevaram a 2.441.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

A rodovia SC-23, hoje totalmente implantada e em grande extensão já pavimentada, é obra prioritária do Governo e constitui a linha de união entre o Oeste e o Litoral Catarinense.

O esforço do Governo na abertura total dessa rodovia está objetivado pela soma de recursos aplicados, no valor de dezesseis milhões de cruzeiros novos, não só na implantação como na pavimentação do trecho Indaial-Ascurra já concluído e na contratação do asfaltamento do trecho Ascurra-Acesso Ibirama. Quanto à SC-21, cuja influência na economia do Vale do Rio do Peixe e Norte Catarinense é das mais benéficas, mereceu do Governo consideráveis recursos para sua implantação total e pavimentação, com investimentos da ordem de seis milhões e seis mil cruzeiros novos.

A rodovia SC-36 está sendo implantada no trecho Corupá-Jaraguá do Sul. A SC-55, ligando Orleães a Urussanga, entregue ao tráfego, com influência direta na zona carbonífera do Sul do Estado, serve, ainda, de escoadouro à produção da zona do Planalto. O mesmo benefício proporciona a SC-56, que liga Lauro Müller a Orleães, em vias de conclusão.

O Plano Rodoviário do Estado tem sido objeto de atividades intensas do Departamento de Estradas de Rodagem que, em convênios com o Plano de Metas, vem dando execução técnica, ampliação, consolidação e revestimento do sistema rodoviário, atendendo 675 quilômetros com aplicação da ordem de 3 milhões de cruzeiros novos. A estrada Fraiburgo-Lebon Régis, já concluída, que representou um investimento da ordem de dois milhões e vinte e três mil cruzeiros novos e a rodovia Seára-Chapecó, em adiantada construção, no valor global de quatro milhões e duzentos mil cruzeiros novos, são velhas e sentidas aspirações daquelas progressistas áreas catarinenses.

Construí nas rodovias implantadas no meu governo 1.370,14 metros de pontes, estando em execução outros 756 metros lineares.

Ressalte-se que para a execução de tal tarefa foi necessária a renovação do Parque Rodoviário do Estado com aquisição de moderna maquinaria.

O Governo, dentro do princípio de desenvolvimento homogêneo do Estado celebrou, através do Plano de Metas, 108 convênios com Prefeituras, possibilitando o atendimento a implantações, revestimentos e melhorias de 1.804 quilômetros de estradas municipais.

SAÚDE

No setor da Saúde Pública, concluiu-se a instalação do Laboratório Central do Departamento de Saúde Pública, que centraliza agora todos os serviços de pesquisas médicas. Concluiu-se o Posto de Saúde de Camboriu, o Hospital dos Servidores do Estado foi equipado e ampliou-se o Hospital "Nereu Ramos", em Florianópolis.

Encontra-se em obras de ampliação o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, e em construção a Maternidade de Mafra, o Hospital de Araquari e o Hospital Regional de Xanxerê, este último em convênio com a SUDESUL.

Procedeu-se ao abastecimento de água nas localidades de Ganchos de Fora, Gancho do Meio, Gancho da Costa, Armação da Piedade, Barra do Aririú, Pinheira, Rio Maina, Paulo Lopes, Barra de Camboriu, com a construção de reservatórios e redes de distribuição.

Ainda dentro do programa de saneamento foram construídas 2.068 fossas sanitárias

O abastecimento de água para Florianópolis foi objeto de investimentos do Estado na importância de trezentos mil cruzêiros novos, visando a execução das obras da segunda adutora dos Pilões, em convênio com o Ministério do Interior, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Com a contribuição do Governo do Estado e do Ministério da Saúde (Fundação Especial de Saúde Pública), Ministério do Interior (Sudesul e DNOS) e Ministério das Minas e Energia (CPCAN) foram realizadas obras de abastecimento de água em Morro da Fumaça, Nova Veneza, Lauro Müller, Içara e Urussanga, contratado o projeto hidráulico sanitário para ampliação do abastecimento em Criciúma e obras preliminares para os serviços de Joaçaba e Herval D'Oeste.

SEGURANÇA PÚBLICA

É de se ressaltar o inalterável ambiente de ordem e segurança que se verifica em todo o território do Estado. Devo acentuar o que isso representa, como índice de alto nível de civismo que tanto exalta

a gente catarinense. O último pleito realizado pôs de manifesto esse característico do catarinense, onde tanto a fase de propaganda dos candidatos, como o encontro nas urnas se processaram em ambiente de segurança, liberdade e absoluta ordem.

Objetivando aperfeiçoar o pessoal responsável pela manutenção da ordem pública, foi instalada, na Capital do Estado, a Escola de Polícia, que mantém vários cursos especializados.

Constroi-se em Florianópolis a Casa de Detenção, foram concluídas as Delegacias de Polícia de Mondaí e Biguaçu, estando em execução projeto da Delegacia e Cadeia Pública do Estreito.

O reequipamento do Corpo de Bombeiros, através de moderno material técnico e aquisição de 6 novos carros bombas, além da instalação do Quartel do Corpo de Bombeiros do Estreito e de Lages, demonstra o interesse do Governo pela segurança da população.

HABITAÇÃO

Carreando recursos do Banco Nacional da Habitação, a COHAB tem podido atender à construção de núcleos residenciais com a cooperação do Estado e de municípios interessados. O Governo do Estado, subscritor de 99% do capital inicial da COHAB, vem desenvolvendo plano habitacional, que se processa normalmente. Já foram beneficiados 20 municípios em dois anos de atividades, com a construção de 5.977 casas.

A Secretaria do Trabalho e Habitação, dentro da programação que se traçou, processa, por intermédio das Cooperativas Habitacionais de Trabalhadores Sindicalizados, aquisições de terrenos em que serão implantados núcleos habitacionais. Já se instituem concorrências, para construção das primeiras 500 unidades.

SECRETARIA DO OESTE

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, dentro dos recursos orçamentários postos à sua disposição, desenvolveu intensa atividade, operando também sob o regime de convênio com as Prefeituras. Em acordos com o PLAMEG construiu os Grupos Escolares de Palmitos, São Carlos, Calbi e Modêlo, 77 escolas em diversos municípios, e mediante convênio com a SUDESUL, 27 salas de aula rurais.

Constroi a Penitenciária Agrícola de Chapecó e, através de ajuste firmado pelo Governo do Estado com o Ministério da Educação e

Cultura, edifica o grande Centro de Treinamento do Magistério Primário, destinado ao aperfeiçoamento pedagógico de professores não titulados.

A cooperação da Secretaria do Oeste se vem fazendo sentir na execução do Plano Rodoviário do Estado, dentro da sua jurisdição regional. Em todos os demais setores administrativos naquela importante região catarinense tem sido presente o trabalho desse órgão da administração descentralizada.

TELECOMUNICAÇÕES

Sob a orientação do Conselho Estadual de Telecomunicações o Governo vem enfrentando o problema das comunicações telefônicas no Estado.

No setor de execução foi concluída a implantação das linhas Carrier, em convênio entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o Governo do Estado, sob a administração direta do COETEL, no trecho Blumenau-Vacaria e a reconstrução do trecho Vacaria-Pôrto Alegre, referente ao Tronco Sul de Ondas Portadoras.

O Conselho elaborou para a SUDESUL o projeto de construção da linha aérea exposta de ondas portadoras, para o circuito Araranguá-São João do Sul. A realização desse projeto, que permitirá ligações telefônicas pelo litoral, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi objeto de convênio entre o Governo do Estado e aquela Superintendência.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

A situação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, em cooperação à política de expansão econômica estadual se afere pelo aumento do quadro de suas agências, agora em número de 40.

O total dos depósitos, que era em 31 de dezembro de 1967 de 20 milhões de cruzeiros novos, subiu para 52 milhões em 31 de dezembro do ano próximo findo.

As aplicações ao parque fabril, ao comércio, à indústria da pesca e à agropecuária somavam, em 31 de dezembro de 1967, trinta milhões, novecentos e dezoito mil cruzeiros novos e, em 31 de dezembro de 1968, atingiam a cifra de setenta e um milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos.

Os recursos do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE) eram em 1967 de 2 milhões de cruzeiros novos, passando em 1968 a 3 milhões e meio. Os recursos recebidos do Banco Nacional da Habitação para repasse às empresas de construção civil elevaram-se a 2 milhões de cruzeiros novos.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

A cooperação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul vem se refletindo na expansão dos setores de produção rural e industrial de Santa Catarina. No exercício de 1968 foram concedidos financiamentos num total de dezenove milhões, setecentos e treze mil, setecentos e noventa e oito cruzeiros novos e dez centavos. Os recursos próprios do BRDE se incluem numa parcela de três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros novos. As demais parcelas se distribuem pelos recursos externos do FIPEME, FINAME, FUNDECE e FIMESTO.

Os incentivos fiscais da pesca projetados e aprovados representam um investimento global de quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros novos, sendo da ordem de trinta e quatro milhões, cento e setenta mil, oitocentos e noventa e um cruzeiros novos o valor dos incentivos fiscais a serem utilizados.

FUNCIONALISMO ESTADUAL

O Governo observa com apreço o esforço dos servidores do Estado, na colimação do objetivo comum da administração.

Dentro das possibilidades financeiras de Santa Catarina, tenho ido ao encontro das aspirações e necessidades dos funcionários, melhorando-lhes a remuneração tanto quanto permitem as limitações orçamentárias, ocorrendo, no período de setembro de 1966 até esta data, a concessão de dois abonos e três aumentos de vencimentos, mantendo o Tesouro, por inalterável critério, o pagamento em dia para com os que integram o quadro dos servidores estaduais.

A assistência social aos funcionários, através do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), atendeu 60.265 funcionários e dependentes, aplicando nos seus diversos setores de ação a soma de dezesseis milhões, setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros novos.

Catarinenses.

A obra do govêrno é a tribuna do governador. Falo do alto dos empreendimentos que vos devia e me felicito de haver podido dar-vos.

A vortade queria mais. Os recursos, porém, não permitiram. Valeu, contudo, a luta.

No exercício que finda prosperamos em nível bem superior ao que conseguimos nos precedentes. Empregamo-nos a fundo em quantas atividades geram riqueza pública.

Ouvistes os números. Os resultados de 1967 superaram os de 1966 e em 1968 registramos distinta vantagem sôbre o ativo das realizações do ano anterior.

Atendemos, assim, à convocação dos dirigentes da República

Produzimos mais quando a necessidade nacional nos pediu produção maior. E o Presidente Arthur da Costa e Silva — cujo aprêço me desvanece e volto a agradecer — teve confirmado o apoio que lhe prometeramos antes mesmo de iniciar-se o seu mandato.

Sob a pressão dos problemas da época tanto quanto os outros Estados e mais do que alguns dêles, Santa Catarina, primou pelo espírito ordeiro e a capacidade de progredir. Fêz essas duas virtudes presentes à conclamação do poder central. Tomou a rota do desenvolvimento pelo processo pacífico.

Principiemos a quarta etapa, catarinenses. Muito mereceis de mim ainda e nada me enfraqueceu a decisão de pagar a glória de governar-vos.

Estou obrigado a vós. E o Brasil deve estar satisfeito com o Estado de Santa Catarina.

